

# BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52  
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Ativos Totais de R\$ 9.031.646 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 184.000 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

### Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil							
Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
<b>Circulante</b> .....		<b>1.006.609</b>	<b>1.060.270</b>	<b>Circulante</b> .....		<b>656.684</b>	<b>824.955</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	6	781.243	733.582	Impostos e Contribuições a Recolher.....	17c	18.688	1.455
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Receber.....	16a	209.080	326.688	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar.....	12e	156.400	136.000
Tributos a Compensar ou a Recuperar.....	17b	16.286	-	Obrigações por Recompra de Ações.....	9	364.447	581.882
				Contas a Pagar.....		221	157
				Outros Passivos.....	10	116.928	105.461
<b>Não Circulante</b> .....		<b>8.025.037</b>	<b>7.726.882</b>	<b>Não Circulante</b> .....		<b>1.528.707</b>	<b>1.360.441</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b> .....		<b>783.908</b>	<b>682.541</b>	Passivos Fiscais Diferidos.....		50	220
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	7	299.716	268.149	Provisões Contingentes.....	11b	439.958	396.580
Depósitos Judiciais.....	11b	439.958	360.580	Obrigações por Recompra de Ações.....	9	620.986	436.339
Tributos a Compensar ou a Recuperar.....	17b	44.234	53.812	Outros Passivos.....	10	467.713	527.302
<b>Investimentos</b> .....	8	<b>7.241.129</b>	<b>7.044.341</b>	<b>Patrimônio Líquido</b> .....		<b>6.846.255</b>	<b>6.601.756</b>
				Capital Social.....	12a	5.140.000	5.140.000
				Reservas de Lucros.....	12d	3.238.880	2.898.550
				Reserva de Capital.....		-	5.490
				Ações em Tesouraria.....	12f	(1.536.486)	(1.582.583)
				Outros Resultados Abrangentes.....		3.861	140.299
<b>Total do Ativo</b> .....		<b>9.031.646</b>	<b>8.787.152</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b> .....		<b>9.031.646</b>	<b>8.787.152</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXO DE CAIXAS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	Nota	2024	2023		2024	2023	
<b>Receitas Operacionais</b> .....		<b>578.873</b>	<b>570.946</b>	<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>			
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	8	578.873	570.946	<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b> .....		<b>581.045</b>	<b>263.472</b>
<b>Despesas Operacionais</b> .....		<b>(34.358)</b>	<b>(45.943)</b>	<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:</b> .....		<b>(493.007)</b>	<b>(191.560)</b>
Despesas Tributárias.....	13	(34.114)	(45.789)	Resultado de Equivalência Patrimonial.....		(578.873)	(570.946)
Despesas Gerais e Administrativas.....	14	(244)	(154)	Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras.....		71.461	333.602
<b>Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras Tributação e dos Tributos</b> .....		<b>544.515</b>	<b>525.003</b>	Provisão para Riscos Fiscais.....		14.405	45.784
<b>Resultado Financeiro</b> .....	15	<b>36.530</b>	<b>(261.531)</b>	<b>Lucro Líquido Ajustado</b> .....		<b>88.038</b>	<b>71.912</b>
Receitas Financeiras.....		174.613	141.133	(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado.....		-	712
Despesas Financeiras.....		(138.083)	(402.664)	(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....		(60.297)	(4.247)
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b> .....		<b>581.045</b>	<b>263.472</b>	Aumento/(Redução) em Obrigações.....		188	(62.846)
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	17	(18.173)	-	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....		(8.809)	(1.106)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b> .....		<b>562.872</b>	<b>263.472</b>	<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais</b> .....		<b>19.120</b>	<b>4.425</b>
Número de ações por mil.....		355.945	355.945	<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>			
Lucro líquido por lote de mil ações em R\$.....	12b	1,58	0,74	(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....		-	(240.286)
				Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos.....		326.688	710.937
				<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos</b> .....		<b>326.688</b>	<b>470.651</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2024	2023	
<b>Lucro Líquido do Exercício</b> .....	<b>562.872</b>	<b>263.472</b>	<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>
<b>Itens que podem ser Subsequentemente Reclassificados para o Resultado</b>			Aumento de Capital Social.....
<b>Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes</b> .....	<b>(136.438)</b>	<b>82.967</b>	Liquidação de Contrato de Mútuo.....
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Coligadas e Controladas.....	(136.108)	82.541	(Aquisição)/Alienação de Ações em Tesouraria.....
Ajuste a Valor Justo - Ativos Financeiros.....	(500)	646	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos.....
Efeito dos Impostos.....	170	(220)	<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos</b> .....
<b>Total do Resultado Abrangente do Exercício</b> .....	<b>426.434</b>	<b>346.439</b>	<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....
			Início do Exercício.....
			Fim do Exercício.....
			<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....
			<b>47.661</b>
			<b>536.036</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil								
Eventos	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reserva de Capital - Resultado na Venda de Ações	Reserva de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Totais
				Legal	Estatutária			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b> .....	<b>2.840.000</b>	<b>(1.429.764)</b>	<b>153.915</b>	<b>146.499</b>	<b>2.812.180</b>	<b>57.332</b>	<b>(35.201)</b>	<b>4.544.961</b>
Aumento do Capital Social com Reservas.....	100.000	-	-	-	(100.000)	-	-	-
Aumento do Capital Social.....	2.200.000	-	-	-	-	-	-	2.200.000
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	263.472	263.472
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	-	82.541	-	82.541
Ajuste de Instrumentos Financeiros.....	-	-	-	-	-	426	-	426
<b>Resultados Abrangentes do Exercício</b> .....	-	-	-	-	-	-	-	<b>346.439</b>
Aquisição de Ações em Tesouraria.....	-	(744.695)	-	-	-	-	-	(744.695)
Alienação de Ações em Tesouraria.....	-	591.876	(148.425)	-	-	-	-	443.451
Destinações: - Reservas.....	-	-	-	11.414	28.457	-	(39.871)	-
- Dividendos Pagos.....	-	-	-	-	-	-	(28.400)	(28.400)
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	(160.000)	(160.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b> .....	<b>5.140.000</b>	<b>(1.582.583)</b>	<b>5.490</b>	<b>157.913</b>	<b>2.740.637</b>	<b>140.299</b>	-	<b>6.601.756</b>
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	562.872	562.872
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	-	(136.108)	-	(136.108)
Ajuste de Instrumentos Financeiros.....	-	-	-	-	-	(330)	-	(330)
<b>Resultados Abrangentes do Exercício</b> .....	-	-	-	-	-	-	-	<b>426.434</b>
Aquisição de Ações em Tesouraria.....	-	(494.173)	-	-	-	-	-	(494.173)
Alienação de Ações em Tesouraria.....	-	540.270	(5.490)	-	-	-	-	496.238
Destinações: - Reservas.....	-	-	-	28.143	312.187	-	(38.542)	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	(184.000)	(184.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b> .....	<b>5.140.000</b>	<b>(1.536.486)</b>	-	<b>186.056</b>	<b>3.052.824</b>	<b>3.861</b>	-	<b>6.846.255</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BBD Participações S.A. ("Sociedade") é uma empresa que tem por objeto exclusivo a participação no Capital Social do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), da Bradespar S.A. ("Bradespar") e de outras sociedades que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do Capital Social daquelas Instituições.

### 2) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2024. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

#### 2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Sociedade adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações conforme os prazos contratuais.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Administração em 27 de março de 2025.

#### 2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

#### 2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa ou possuem prazo igual ou inferior 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

#### 2.4) Ativos Financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido).

##### Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

##### Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são reconhecidos e inicialmente mensurados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado, incluindo juros ou receita de dividendos.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são classificados como VJR.

Teste SPPI: O Objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

##### Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

##### Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

##### 2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

##### 2.6) Investimentos

Os investimentos em Sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

São classificados como controladas as entidades sobre as quais a Sociedade exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos a voto. Poderá ainda existir controle quando a Sociedade possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla outra entidade. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Sociedade, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não o controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

O resultado das controladas e coligadas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

### 2.7) Ágio (Goodwill)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e joint ventures. O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Sociedade sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando a diferença, entre o custo de aquisição e a participação da Sociedade sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, for negativo (ganho por compra vantajosa), este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo à entidade vendida.

### 2.8) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

A Sociedade avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e está podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2024 e de 2023, não houve perda por *impairment*.

### 2.9) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e

- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

### 2.10) Patrimônio líquido

#### a) Lucro por ação

A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por

# BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52  
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

#### a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2024:

- Alterações do IFRS 16 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (leaseback), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024. Não foram identificados impactos na Sociedade.
- Apresentação das Demonstrações Financeiras (correlacionado ao CPC 26) - As alterações emitidas em outubro de 2022, visam melhorar as informações divulgadas sobre dívidas não correntes com convenas, para que os usuários das Demonstrações Financeiras entendam o risco de tais dívidas serem liquidadas antecipadamente. Nelas foram contempladas ainda, alterações que visam endereçar algumas preocupações levantadas por usuários das Demonstrações Financeiras, em função da aplicação das alterações sobre a Classificação de Passivos como Correntes e Não Correntes, emitidas em 2020. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2024, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Sociedade.
- Alterações ao IAS 7 e ao IFRS 7 (correlacionado ao CPC 03 e CPC 40) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Instrumentos Financeiros: Evidenciação - As alterações se referem à divulgação de informações sobre acordos financeiros com fornecedores que permitirão aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliar seus efeitos sobre o passivo da entidade e aos seus Fluxos de caixa, além da sua exposição ao risco de liquidez. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2024. Não foram identificados impactos na Sociedade.

#### b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - As alterações, emitidas em agosto de 2023, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. A norma estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Sociedade concluiu que não haverá impactos iniciais com a aplicação desta norma.
- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras. A nova norma, emitida em abril de 2024 introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: três categorias definidas para receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; maior transparência para as despesas operacionais e requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O IFRS 18 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.
- Novo IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública. A nova norma, emitida em maio de 2024, permite que as subsidiárias elegíveis utilizem as normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas, o que reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras dessas subsidiárias, mantendo, ao mesmo tempo, a utilidade da informação para os usuários de suas demonstrações financeiras. O IFRS 19 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.
- Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Sociedade está avaliando os impactos destas normas.
- Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos Referenciados à Eletricidade Dependente da Natureza  
As emendas, emitidas em dezembro de 2024, visam melhorar a forma como as empresas relatam os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPAs). As emendas incluem esclarecimentos da aplicação dos requisitos de "uso próprio", permitindo a contabilidade de hedge se esses contratos forem usados como instrumentos de hedge e adicionam novos requisitos de divulgação para ajudar os investidores a entenderem o impacto desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa das empresas. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, com a possibilidade de aplicação antecipada. A Sociedade está avaliando os impactos destas normas.

### 8) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial bem como os valores dos investimentos estão demonstrados a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Quantidade de ações possuídas (em mil)	Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
						2024	2023	2024	2023
						Nova Cidade de Deus Part. S.A. ("Nova Cidade") (1) (3).....	13.900.000	27.738.448	2.268.845
Ágio - Nova Cidade (4) .....	-	-	-	-	-	9.226	9.226	-	-
<b>Total.....</b>						<b>7.241.129</b>	<b>7.044.341</b>	<b>578.873</b>	<b>570.946</b>

(1) Dados relativos às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024;

(2) Considera os resultados apurados pelas investidas e juros sobre o capital próprio deliberado com base no resultado do exercício no valor de R\$ 245.977 (2023 - R\$ 426.021), incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(3) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os principais ativos da Nova Cidade de Deus referem-se, basicamente, à sua participação acionária na Cidade de Deus (47,93%), Bradesco (0,14%) e na Bradespar (0,48%); e

(4) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações.

### 9) OBRIGAÇÕES POR RECOMPRA DE AÇÕES

Obrigações por Recomprou de Ações, no Passivo Circulante, no montante de R\$ 364.447 (2023 - R\$ 581.882) e no Passivo não Circulante, no montante de R\$ 620.986 (2023 - R\$ 436.339), referem-se ao saldo pela aquisição de ações de própria emissão, mantidas em tesouraria.

### 10) OUTROS PASSIVOS

Referem-se, basicamente, a contrato de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, dividido em sete parcelas a serem pagas anualmente, no montante de R\$ 584.641 (2023 - R\$ 632.763).

### 11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

#### a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

#### b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da COFINS, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. Os valores dos tributos relacionados aos passivos contingentes são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 439.958 (2023 - R\$ 396.580). A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

A Sociedade não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que deveriam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

#### I - Provisão para riscos fiscais

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
<b>No início do exercício.....</b>	<b>396.580</b>	<b>321.745</b>
Atualizações monetárias.....	28.973	29.051
Constituição.....	14.405	45.784
<b>No final do exercício.....</b>	<b>439.958</b>	<b>396.580</b>

As provisões referentes às ações judiciais da Sociedade são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

#### c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Nos exercícios findos em 2024 e 2023, não houve processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

### 12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Composição do Capital Social em ações

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 5.140.000 (2023 - R\$ 5.140.000), é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Ordinárias.....	157.542.555	165.074.472
Preferenciais.....	196.568.099	190.870.445
<b>Subtotal - Ações em circulação.....</b>	<b>354.110.654</b>	<b>355.944.917</b>
Em tesouraria (ordinárias).....	64.202.316	56.670.399
Em tesouraria (preferenciais).....	24.992.127	30.689.781
<b>Total do capital social em ações.....</b>	<b>443.305.097</b>	<b>443.305.097</b>

#### b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
<b>Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores.....</b>	<b>562.872</b>	<b>263.472</b>
Número de ações em circulação (milhares).....	355.945	355.945
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais).....	1,58	0,74

#### c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

#### d) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
- Reserva legal (i).....	186.056	157.913
- Reserva estatutária (ii).....	3.052.824	2.740.637
<b>Total.....</b>	<b>3.238.880</b>	<b>2.898.550</b>

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

#### e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo Estatuto Social no reembolso do capital.

O cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrado a seguir:

	2024	% (1)	2023	% (1)
	<b>Lucro líquido do exercício.....</b>	<b>562.872</b>		<b>263.472</b>
Reserva legal.....	(28.143)		(11.414)	
<b>Base de cálculo.....</b>	<b>534.729</b>		<b>252.058</b>	
Dividendos pagos (2).....	-		<b>28.400</b>	
Juros sobre o capital próprio (bruto) (2).....	184.000		160.000	
Imposto de renda retido na fonte - 15% (3).....	(27.600)		(24.000)	
<b>Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido).....</b>	<b>156.400</b>	<b>29,25</b>	<b>164.400</b>	<b>65,22</b>

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/Dividendos sobre a base de cálculo;

(2) Juros sobre o capital próprio deliberados em 20 de junho de 2024, pago em 31 de janeiro de 2025 e 19 de dezembro de 2024 a ser pago em 30 de abril de 2025 e 31 de julho de 2025; e

(3) Refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre JCP de R\$ 184.000 deliberados em junho e dezembro/24.

### 4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC, requer que a Administração da Sociedade formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Sociedade estão assim apresentados:

#### Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuimos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Sociedade a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

#### Provisões e passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

#### Reconhecimento de ativos fiscais diferidos

Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

### 5) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e da Bradespar S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

### 6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Certificados de Depósitos Bancários - CDB Fácil Bradesco (1).....	781.243	733.582
<b>Total.....</b>	<b>781.243</b>	<b>733.582</b>

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa, inclusive contando com resgates automáticos diários. Conforme consta na Nota 2.3., os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

### 7) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Refere-se a aplicação em Letras Financeiras Subordinadas emitidas pelo Banco Bradesco S.A. com vencimento em janeiro de 2025, classificadas como Nível 3 ao valor justo de R\$ 299.716 (2023 - R\$ 268.149), sendo o valor de custo atualizado de R\$ 299.569 (2023 - R\$ 267.503), e uma marcação a valor justo de R\$ 147 (2023 - R\$ 646).

### f) Ações em tesouraria

Até 31 de dezembro de 2024, foram adquiridas pelo custo médio de R\$ 17,23 (reais), e permaneciam em tesouraria 64.202.316 (2023 - 56.670.399) ações ordinárias e 24.992.127 (2023 - 30.689.781) ações preferenciais, no montante de R\$ 1.536.486 (2023 - R\$ 1.582.583).

Em 2024, foram alienadas ações em tesouraria, pelo valor de R\$ 476.253 (2023 - R\$ 443.451), que gerou um prejuízo de (R\$ 44.032) (2023 - Prejuízo de R\$ 148.425).

### 13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2024	2023
Contribuição à Cofins.....	28.463	37.863
Contribuição ao PIS.....	5.646	7.921
Outras.....	5	5
<b>Total.....</b>	<b>34.114</b>	<b>45.789</b>

### 14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2024	2023
Serviços prestados por terceiros.....	101	107
Editais e publicações.....	143	47
<b>Total.....</b>	<b>244</b>	<b>154</b>

### 15) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas sobre aplicações financeiras.....	140.058	100.208
Atualização monetária de depósitos judiciais.....	28.973	29.051
Outros.....	5.582	11.874
<b>Total.....</b>	<b>174.613</b>	<b>141.133</b>

#### Despesas financeiras

Variação monetária contrato de mútuo.....	(67.391)	(297.448)
Variação monetária de recompra de ações.....	(41.719)	(76.165)
Atualizações monetárias - passivos contingentes.....	(28.973)	(29.051)
<b>Total.....</b>	<b>(138.083)</b>	<b>(402.664)</b>
<b>Resultado financeiro.....</b>	<b>36.530</b>	<b>(261.531)</b>

### 16) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

#### a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro									
	Controlador (1)		Coligadas (2)		Pessoal-chave da administração		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<b>Ativos</b>										
Caixa e equivalentes de caixa.....	-	-	-	-	-	-	781.243	733.582	781.243	733.582
Letras Financeiras.....	-	-	-	-	-	-	299.716	268.149	299.716	268.149
Juros sobre capital próprio a receber.....	-	-	209.080	326.688	-	-	-	-	209.080	326.688
<b>Passivos</b>										
Juros sobre capital próprio a pagar.....	90.179	76.985	-	-	66.221	59.015	-	-	156.400	136.000
Obrigações por recompra de ações.....	-	-	-	-	985.433	1.018.221	-	-	985.433	1.018.221
Outros passivos.....	-	-	-	-	-	-	584.641	632.763	584.641	632.763

	Exercício findo em 31 de dezembro									
	Controlador (1)		Coligadas (2)		Pessoal-chave da administração		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023

Receitas/Despesas com juros/outras.....
---

...continuação

# BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52  
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

**BBD Participações S.A.**  
Osasco - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BBD Participações S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BBD Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Cláudio Rogélio Sertório  
Contador CRC 1SP212059/O-0

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2001, que institui a Infraestrutura  
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 28/03/2025

A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code  
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/28/BBD1581631628032025.pdf>  
Hash: 1743118320f206f0b08dee4b7cbd4fd1f2372e9d63